

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Zilda Inglez Modena *
Flávia Xavier de Carvalho **

RESUMO

Este artigo se relaciona à apreensão da relação capital e trabalho e seus desdobramentos, evidenciados com a presença permanente e agravante da questão social. Neste sentido, a discussão partirá da análise da reprodução social na sociedade hegemônica capitalista, embasado no contexto histórico. Iniciando dessa forma, com um breve histórico dos modos de produção asiático, o escravismo, o feudalismo. E, finalmente a origem capitalista passando da idade média até os dias atuais, enfatizando a conjuntura sócio histórica e trazendo para o debate a reflexão da questão social frente à supremacia capitalista. A metodologia contará com a pesquisa bibliográfica, por meio do método qualitativo de estudo, à luz da teoria Marxista.

PALAVRAS-CHAVE: Reprodução Social. Questão Social. Capitalismo.

ABSTRACT

This article relates to the seizure of the relationship between capital and labor and its consequences, as evidenced by the presence of aggravating and permanent social issue. In this sense, the discussion will start from the analysis of social reproduction in the hegemonic capitalist society, grounded in historical context. Starting thus with a brief history of the Asian mode of production, slavery, feudalism. And finally the origin capitalist past middle age to the present day, emphasizing the historical and social circumstances bringing the debate to the reflection of social issues facing the capitalist supremacy. The methodology will include a literature search, using the qualitative method of study, in the light of Marxist theory.

KEYWORDS: Social Reproduction; Social Issues; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como prerrogativa propor uma discussão temática estruturada à revisão bibliográfica de documentos científicos construídos por autores

** *Pedagoga, pós-graduada em psicopedagogia, acadêmica do 6º Período, do curso de Serviço Social da Faculdade Unicampo.
** *Assistente Social do INSS de Campo Mourão, mestre em educação, docente do curso de Serviço Social da Faculdade Unicampo.

que elaboraram suas pesquisas fundamentados à luz da teoria histórico crítica, tendo como instrumento conceitual a crítica e análise do modo de produção capitalista no que concerne a sua evolução, suas crises, e seu papel na reprodução social, cumprindo uma função perpetuadora ou modificadora da sociedade onde está inserida.

Neste contexto buscar-se-á interpretar na atualidade o agravamento das questões sociais frente a um momento onde nos confrontamos com o apogeu do capital.

Para Lessa e Tonet (2008) em seus estudos, análises e conclusões, Marx não nos entregou uma lógica, *deu-nos* a lógica do Capital, dessa forma Marx extraiu da efetividade do movimento do capital sua lógica numa palavra: a reprodução ideal do seu movimento real. Os autores definem objetivamente a lógica das intenções capitalistas. O pressuposto do pensamento marxista, segundo os autores é que para sustentar a coexistência do homem é a constante transformação na natureza para a sua preservação.

Lessa e Tonet (2008) dizem que a relação do homem com a natureza se dá por conta de suprir suas necessidades. Analisando a pré-história descobriu que o homem usava ferramentas, mas os animais também usam, citando a abelha e a formiga como exemplo. Porém, os autores falam o que difunde o homem dos animais é a capacidade de ter uma *prévia-ideação*.

Então o homem imaginava um machado para realizar determinadas ações que suprissem sua necessidade. Mas, inicialmente seria apenas uma ideia (objetivação), assim a ideia transforma-se fora da ideia, ou fora do consciente e se concretiza na ação de fabricar o machado. Neste sentido, o machado é resultado da objetivação, ou seja, o cérebro mandou efetuar a ação, a ideia por si só não é nada, não tem poder de transformação.

2 O INDIVÍDUO E O TRABALHO

O indivíduo transforma a natureza através do trabalho, essa relação se estabelece socialmente e conseqüentemente o homem vai sentindo necessidade de melhorar o artefato de trabalho, *machado*, passando a conhecer melhores componentes, (ex.: melhor material com melhores resultados) para se obter uma

ferramenta de trabalho mais adequada às suas necessidades. O homem como ser indivíduo, bem como ser social, vai estabelecendo suas relações sociais com outros grupos, ensinando-os a utilizar o *machado* e conseqüentemente, conforme vai evoluindo, inicia novamente outra ideia, de um instrumento melhor que o *machado*, para alcançar melhores resultados.

Segundo Lessa e Tonet (2008), esse é o materialismo histórico-dialético, que, possibilita o entendimento da base material das ideias e a força material das ideias na reprodução social. Desta forma o trabalho, é a relação do homem com a natureza, que a transforma constantemente de acordo com suas necessidades, gera o conhecimento e desenvolve suas forças produtivas segundo suas pré-ideações. Assim os homens transformam a natureza e a si próprios.

Lessa e Tonet (2008) discorrem sobre o modo de produção asiático, o escravismo, o feudalismo e finalmente a origem capitalista. Desta maneira os autores falam do surgimento do comércio e as cidades, com a crise dos senhores feudais nascem duas classes sociais, sendo os artesãos e os comerciantes chamados de burgueses. Desde então não parou de expandir essa forma de comércio.

Lessa e Tonet (2008, p.65) afirmam que: “a burguesia atingiu sua maturidade e amadureceram as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado”.

Desta forma o modo de produção capitalista através da burguesia tem sua essência na compra da mão-de-obra.

O modo de produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de empregar adequadamente e produzir um valor maior do que ele próprio vale, o burguês que comprou a força de trabalho tem, ao final do final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia. (LESSA e TONET, 2008, p.66).

Para Iamamoto e Carvalho (2009), embora o salário seja o preço da força de trabalho, ou melhor, a venda da mão-de-obra, então é como mercadoria, que também possui preço de venda, só que ao vender a mercadoria se recebe antes.

[...] compra e venda de mercadoria, supondo uma relação entre livres proprietários de mercadorias, equivalentes, que se diferenciam pela qualidade material de suas mercadorias: os trabalhadores, proprietários da força de trabalho, e os capitalistas donos dos meios de produção e dos meios de subsistência. O que se esconde sob esta relação de iguais? (IAMAMOTO E CARVALHO, 2009, p.48)

O trabalhador recebe por meio do salário uma parte do produto, ou seja, recebe o que se traduz uma parcela somente sobre tudo que produziu com o seu trabalho, enquanto a outra parte de sua produção, lucro, volta como mais-valia para o dono do capital. O trabalhador produz a variável e somente após essa produção é que vai receber, nessa relação sem escolha e percepção consciente, produz excedente para o capital em troca da sua subsistência.

Acerca da mais-valia, os autores afirmam:

O capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas, paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários a produção, reprodução do trabalhador) Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução, é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo. (NETTO e BRAZ, 2011, p. 116).

É nesse contexto que o capital comanda o processo de trabalho em um movimento dinâmico de concentração e centralização na acumulação do capital, da exploração da mão-de-obra, da competição entre os capitalistas e a concorrência. Assim, vai se renovando o processo histórico de crise em crise e rearranjos.

3 O SURGIMENTO DO LIBERALISMO

Ao falarmos de uma filosofia sócio-política devemos nos aperceber de suas vertentes históricas e conceituais, para a compreensão da ideia de mudança social e transformações societárias, necessitamos compreender então, os conceitos dessa filosofia que permeia a história do homem como ser social e ser trabalhador.

Baseado na defesa da liberdade individual nos mais variados campos da existência humana, quer seja nos âmbitos político-econômico, religioso e intelectual,

se estrutura na crença do direito à propriedade e acredita ser direito supremo do indivíduo contra as influências, interferências e ingerências do estado que segundo essa filosofia política atua de forma a coagir o indivíduo, o liberalismo se apresenta como filosofia dominante em grande parte dos países do mundo como em grande parte da história da humanidade.

Os liberais se posicionam como contrários a forte atuação do estado sobre o indivíduo e a economia.

Como contraponto à visão liberalista é necessário perceber sua oposição e rejeição à luta ideológica e preconiza uma harmonia impossível de ser conseguida, pois, se constrói sem princípios, tendo como consequência a degeneração política de entidades e indivíduos (MAO TSE-TUNG, 1937).

Para o liberalismo, segundo Mao Tse-Tung (1937), as pessoalidades acabam por sobrepor às necessidades coletivas, pois, por ao deixarmos as *coisas correrem* frente aos erros percebidos em relação a autoria de nossos bons *amigos e relacionados*, por nos preocuparmos com manter a paz e as boas relações abrimos mão de resolvermos a fundo os problemas sociais, temos então como resultado o prejuízo tanto da coletividade quanto do indivíduo.

Historicamente, como esclarece Couto (2010), o liberalismo como pensamento político estruturado, surgiu no século XVII, na Inglaterra na luta de 1688, período conhecido como Revolução Gloriosa, que se caracterizou por ser a luta contra o poder do Rei e da Igreja.

Posteriormente, em 1789 na França, no evento histórico conhecido como Revolução Francesa, com a vitória do proletariado, eclode a ideia do liberalismo na Europa, nos Estados Unidos da América do Norte, em 1776 após a libertação do estado Norte Americano em relação do domínio Inglês, é elaborada a constituição americana, que também seguia os preceitos liberalistas.

Para Behering e Boschetti (2010, p.56): “O período que vai dos meados do século XIX até a terceira década do século XX, é marcada pelo predomínio do liberalismo e seu principal sustentáculo: O princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado.” Dessa forma afirmam que o liberalismo defendido pelas teses de David Ricardo e por Adam Smith, defendem a justificativa econômica do interesse individual, ainda o Estado é o *fio condutor* na ação liberal. Assim cada sujeito age na concepção de livre mercado, destaca ainda nessa ideia o favorecimento

da coletividade dos indivíduos, onde *maximizaria o bem estar coletivo*.

Compreende que a mão invisível, do Estado, segundo Behring e Boschetti (2010), que regula as relações econômicas, embora sempre no que diz respeito o Estado deve ser mínimo para políticas sociais. Assim o Estado não poderia intervir nas relações trabalhistas e tão pouco dispensar atendimento as necessidades sociais. Segue algumas sugestões fortemente defendidas pelos liberais:

A síntese de alguns elementos essenciais do liberalismo ajuda a compreender a reduzida intervenção estatal da forma de políticas sociais nesse período: Predomínio do individualismo; o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo; predomínio da liberdade e competitividade; naturalização da miséria; predomínio da lei da necessidade; manutenção de um Estado mínimo; as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício; e a política social deve ser um paliativo.(BEHRING E BOSCHETTI, 2010, p. 62).

Dessa maneira, o Estado poderia agir convictamente na garantia dos interesses liberais para manter o mercado livre na sociedade civil. No final do século XIX surgem algumas reivindicações e melhorias embora sem muito destaque no cerne da questão social.

Para Behring e Boschetti (2010), o Estado europeu liberal dá início no reconhecimento dos direitos civis, embora para garantia da propriedade privada. A origem do Welfare State surge no período em que o Estado capitalista passa a assumir algumas ações sociais. Sendo que após o grande *crash* da Bolsa de Nova York em 1929, Jonh Maynard Keynes (1883-1946) defende a intervenção estatal expandindo assim a política para toda Europa. (BEHERING e BOSCHETTI, 2010).

Segundo Behring e Boschetti (2010, p.65), “Em meados do século XIX, os trabalhadores organizaram caixas de poupança e previdência como estratégia de fundo de cotização para fomentar a organização operária e manter a greve”. O movimento operário começa a ganhar força no final do século XIX e início do século XX.

Segundo Behring e Boschetti (2010, p.125), “O Estado social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas em sua fase monopolista, assim pós 1970 marca o avanço de ideais neoliberal e começam a novamente a ganhar terreno.”

Netto e Braz (2011), afirmam o capitalismo monopolista eleva o sistema de contradições da ordem burguesa nos seus traços de exploração e alienação. Dessa maneira a organização monopolista viabilizou seu principal objetivo: o acréscimo dos lucros, e ainda o *Estado burguês* converte questão social em problemas sociais.

4 OS DESDOBRAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE

Iamamoto e Carvalho (2008), falam sobre a crise capitalista culminou da *acumulação flexível* o qual se verifica profundas alterações em vários aspectos.

Pode-se dizer que o capitalismo se superou e vive seu ápice. A representação desse cenário é a maximização na exploração da mão-de-obra.

Enquanto a Europa passava pela evolução do capitalismo, no Brasil na década de 1980 lutava pelo fim da ditadura crescendo os movimentos sociais e vários outros segmentos, embora com interesses difusos, lutavam em uma mesma perspectiva de mudanças no quadro político: a ditadura.

Iamamoto e Carvalho (2008), afirmam que a questão social nada mais é do que expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa.

Dessa forma no final da década de 1980 e início de 1990, têm-se várias conquistas no Brasil, sendo a Constituição Federal a carta magna, a qual contempla muitas reivindicações, dando espaço à democracia.

Embora no ano de 1989, economistas e demais organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial se reúnem nos Estados Unidos na cidade de Washington, com um só objetivo de criar um modelo, ou seja, um conjunto de regras neoliberais para impor aos países da América Latina nas negociações da dívida externa. Dessa forma ignorando a desigualdade social e pobreza. Assim a democracia no Brasil nasce amarrada com as recomendações prevista no Consenso de Washington.

Ainda para Behring e Boschetti (2010) o governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990 (FHC) coloca em prática as reformas orientadas para o mercado, desprezando assim as conquistas de 1988, principalmente no terreno da seguridade social.

A política que o governo FHC utiliza é de cortar gastos alegando que o Estado está com a máquina superfaturada. O ajuste neoliberal gerou enormes prejuízos para a política social, pois o Estado privatizado dá ênfase no terceiro setor.

Simões (2010), diz que para a visão neoliberal, o Estado deve ser mínimo nas políticas públicas para que dessa forma o terceiro setor de maneira competente, com eficiência e eficácia possa atender melhor essa demanda. Tornando a política social uma benemerência, um favor e não um direito.

Behring e Boschetti (2010) dizem que a ofensiva neoliberal abala os fundamentos da democracia, convertendo o Estado para uma *completa subordinação ao capital*.

Para Netto e Braz (2011), a ofensiva neoliberal se apoiou em uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora *societal*, e uma propositiva política que repõe o Estado mínimo como única alternativa para democracia.

A questão social é gerada pela contradição do capital X trabalho, e, a política social não ocupa centralidade, dessa maneira:

[...] a política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988. Essa escolha da política econômica, conjugada àquele perfil da política social, teve impactos deletérios na sociedade brasileira, radicalizando e dramatizando as expressões objetivas da questão social. (BEHRING e BOSCHETTI, 2010, p.184).

Pode-se entender a questão social, como as disparidades causadas pelo modo de produção e apropriação capitalista, que se apresentam através de suas manifestações imediatas ou expressões sociais.

5 CONCLUSÃO

As expressões da questão social ou suas imediatas manifestações (forte desigualdade, desemprego em massa, fome, dentre outras.) passaram a ser vistas dentro da sociedade burguesa como um simples desdobramento da sociedade

moderna, ou seja, como uma característica indissociável e impossível de serem eliminadas do processo de evolução da sociedade, pertinentes e presentes em todas as ordens sociais. E no máximo devem sofrer intervenções políticas limitadas e pontuais que sejam capazes de amenizar as situações.

Em síntese, torna-se evidente a tentativa burguesa de naturalizar a questão social, buscando desvincular o modo de produção capitalista e a ordem burguesa do processo de acentuação da questão social.

Por assim ser apresentada como *natural*, a questão social é convertida em objeto de ação moralizadora, enfrentando as suas manifestações com programas de reformas que preservem acima de tudo a propriedade privada dos meios de produção. Todo cuidado despendido à questão social busca problematizá-la, mas sem afetar a ordem capitalista burguesa, problematiza-se a questão social sem problematizar a ordem social econômica. Parodiando o posicionamento de Mao Tse-Tung, a percepção das necessidade individuais, por tenderem a ser antropologicamente naturais, afinal, o homem como ser traz em seu DNA características de autopreservação e auto sustentação, acabam por desconfigurar a discussão social como visão estruturada de considerar a sociedade a partir de interesses que, além de humanos sejam únicos. Não discutir a essência teórica do homem como ser social, é tornar fisiológica a ideia de que o mercado ou o capital devem ser tratados de forma imutável, trata-se de combater as expressões da questão social sem tocar ou problematizar os fundamentos da sociedade burguesa.

Ao não se perceber a necessidade de se promover transformações societárias para então se reverter o quadro de agravamento social do país, o cidadão estabelece segundo a necessidade do capital e do mercado um posicionamento sólido de perpetuação do mesmo ideário liberal, que se demonstra predador do material e do subsídio de riqueza social do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.. **Política Social**: fundamentos e história. 7º. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R.. **O direito Social e Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? 4º. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil, esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29º. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V.. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14º. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LESSA, S.. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2º. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, S.; TONET, I.. **Introdução à filosofia de Marx**. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, J. P.. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6º. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7º.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, C.. **Curso de Direito do Serviço social**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TSE-TUNG, M.. **Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung**. Pequim, 1975, tomo II, pág: 27-31. Encontrado em: < <http://www.marxists.org/portugues/mao/1937/09/07.htm> . Incluído em 31/10/2010. Acesso em 05 de julho de 2012.